



## PODER

# Moraes avisa a Trump: “NÃO HAVERÁ RECUIO”

Ao *The Washington Post*, ministro frisa que não tem interferência externa capaz de influenciar no julgamento de Bolsonaro. Já o Itamaraty confronta as acusações de que o Brasil adota práticas “desleais” que prejudicam empresas norte-americanas

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Em entrevista ao jornal *The Washington Post*, da capital dos Estados Unidos, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, deixou claro que não vai recuar de suas decisões sobre Jair Bolsonaro, réu no STF por tentativa de golpe de Estado. Um aviso direto ao presidente Donald Trump, que vem tentando influenciar no julgamento do ex-presidente. A perseguição ao magistrado começou com a imposição de sanções comerciais de 50% a parte das exportações brasileiras para os EUA. Prosseguiu ao cassar-lhe o visto de entrada no país e, na sequência, ao enquadrá-lo na lista dos atingidos pela Lei Magnitsky — que bloqueia bens e ativos em território norte-americano e impõe uma série de restrições bancárias.

“Não existe a menor possibilidade de recuar nem um milímetro sequer. Faremos o que é certo: receberemos a acusação, analisaremos as provas e quem deve ser condenado será condenado, e quem deve ser absolvido será absolvido”, garantiu o ministro.

Na reportagem, o ministro afirmou que sempre buscou inspiração na história da governança norte-americana, discorrendo sobre as obras de John Jay, Thomas Jefferson e James Madison. “Todo constitucionalista tem uma grande admiração pelos Estados Unidos”, observou.

Moraes afirmou que o Brasil e os EUA eram amigos e admitiu que acreditava que o crescente abismo entre eles era temporário, impulsionado pela política e pelo tipo de desinformação que ele passou anos tentando reprimir. O ministro citou o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que lidera uma campanha de hostilidades dos EUA contra o Brasil e se diz responsável pelas sanções contra o magistrado.

“Essas narrativas falsas acabaram envenenando a relação — narrativas falsas apoiadas pela desinformação espalhada por essas pessoas nas redes sociais. Então, o que precisamos fazer, e o que o Brasil está fazendo, é esclarecer as coisas”, disse.

O jornal norte-americano citou o fato de que, mesmo com as sanções impostas por Trump, a Primeira Turma do STF marcou o julgamento de Bolsonaro e de outros acusados de tentar um golpe de Estado para começar em 2 de setembro. O *The Washington Post*, inclusive, utilizou uma expressão

para classificar Moraes: “xerife da democracia”.

Na entrevista, o ministro atribuiu ao fato de que os EUA jamais estiveram sob uma ditadura a não compreensão das medidas tomadas pela Justiça brasileira contra Bolsonaro e outros acusados de tramar um golpe. “Entendo que, para uma cultura americana, seja mais difícil compreender a fragilidade da democracia porque nunca houve um golpe lá. Mas o Brasil teve anos de ditadura sob o [presidente Getúlio] Vargas, outros 20 anos de ditadura militar e inúmeras tentativas de golpe. Quando você é muito mais atacado por uma doença, forma anticorpos mais fortes e busca uma vacina preventiva”, explicou.

Questionado sobre a perda de liberdades pessoais e restrições de viagem impostas a ele pelo governo norte-americano, Moraes respondeu que “isso não é agradável de passar”. Mas, conforme observou, o Brasil estava contra forças poderosas que queriam desfazer a democracia, e era seu trabalho detê-las. “Enquanto houver necessidade, a investigação continuará”, concluiu.

A reportagem do *Washington Post* relata como Moraes saiu “de uma origem comum na classe média para se tornar o jurista mais poderoso da história do Brasil”. Menciona, também, como o ministro assumiu a relatoria do inquérito das fake news, no início de 2019, a pedido de Dias Toffoli, então presidente do STF.

Diante da repercussão da entrevista do ministro, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil classificou o ministro de “tóxico para todas as empresas legítimas e indivíduos que buscam acesso aos Estados Unidos e seus mercados”. “Alexandre de Moraes é tóxico para todas as empresas legítimas e indivíduos que buscam acesso aos Estados Unidos e seus mercados. Nenhum tribunal estrangeiro pode anular as sanções impostas pelos EUA ou proteger alguém das severas consequências de descumpri-las. Cidadãos americanos estão proibidos de manter qualquer relação comercial com ele. Já cidadãos de outros países devem agir com cautela: quem oferecer apoio material a violadores de direitos humanos também pode ser alvo de sanções”, publicou o perfil oficial da representação no X (antigo Twitter), na noite de ontem. A manifestação da embaixada também

criticou a decisão do ministro

Reprodução/The Washington Post

## The judge who refuses to bend to Trump’s will: ‘We’ll do what’s right’

Alexandre de Moraes says he’s preserving Brazilian democracy. The White House says he’s destroying it.

Today at 5:00 a.m. EDT

13 min Summary



Título da reportagem do *Washington Post* diz que Moraes é “o juiz que se recusa a se curvar à vontade de Trump”

Reprodução/Embaixada dos EUA no Brasil



Embaixada EUA Brasil @EmbaixadaEUA · 2h

Alexandre de Moraes é tóxico para todas as empresas legítimas e indivíduos que buscam acesso aos Estados Unidos e seus mercados. Nenhum tribunal estrangeiro pode anular as sanções impostas pelos EUA ou proteger alguém das severas consequências de descumpri-las.

Pessoas e entidades sob jurisdição dos EUA estão proibidas de manter qualquer relação comercial com ele. Já aquelas pessoas e entidades fora da jurisdição americana devem agir com máxima cautela: quem oferecer apoio material a violadores de direitos humanos também pode ser alvo de sanções.

Embaixada reproduziu postagem de órgão do governo dos EUA em que novamente ataca o ministro

Flavio Dino, do STF, em anular a validade no Brasil de decisões judiciais tomadas em outro país (leia mais abaixo).

### MRE contesta os EUA

Já o Ministério das Relações Exteriores (MRE) contestou as alegações feitas pelos Estados Unidos de que práticas como o Pix seriam “desleais” e capazes de prejudicar o funcionamento de empresas norte-americanas. Essas pontuações foram feitas em julho pelos EUA por meio do Escritório do Representante Comercial dos

Estados Unidos (USTR), com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos, de 1974. Além do Pix, os EUA alegam que o Brasil seria “leviano” com o combate ao desmatamento, à corrupção e na proteção da propriedade intelectual. A apuração com base na norma do governo norte-americano prevê consultas diplomáticas, além de uma audiência pública marcada para 3 de setembro, em Washington.

Segundo o comunicado do MRE, foram enviados aos EUA documentos que comprovam que as “políticas brasileiras investigadas

são transparentes, não discriminatórias, estão em plena conformidade com as melhores práticas internacionais e com as obrigações do país na OMC (Organização Mundial do Comércio)”. A nota reitera que o Brasil não reconhece a legitimidade de investigações baseadas na Seção 301, “que são inconsistentes com as regras e o sistema de solução de controvérsias da OMC”.

“A participação brasileira no processo se dá em espírito de diálogo e de esclarecimento de fatos e não constitui reconhecimento da validade ou jurisdição do procedimento”, salienta o MRE.



Não existe a menor possibilidade de recuar nem um milímetro sequer. Faremos o que é certo: receberemos a acusação, analisaremos as provas e quem deve ser condenado será condenado, e quem deve ser absolvido será absolvido”

Essas narrativas falsas acabaram envenenando a relação — narrativas falsas apoiadas pela desinformação espalhada por essas pessoas nas redes sociais. Então, o que precisamos fazer, e o que o Brasil está fazendo, é esclarecer as coisas”

Entendo que, para uma cultura americana, seja mais difícil compreender a fragilidade da democracia porque nunca houve um golpe lá. Mas o Brasil teve anos de ditadura. Quando você é muito mais atacado por uma doença, forma anticorpos mais fortes e busca uma vacina preventiva”

Trechos da entrevista do ministro Alexandre de Moraes ao *The Washington Post*

# STF condiciona aplicação de sanções a autorização

O ministro Flavio Dino, do Supremo Tribunal Federal, decidiu, ontem, que medidas impostas a empresas e instituições brasileiras com base em determinações de outros países só podem ter efeito no Brasil mediante autorização expressa do STF. A decisão do magistrado se deu no âmbito de uma ação apresentada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que questionou a possibilidade de municípios recorrerem à Justiça de outros países com o objetivo de ganhar indenizações por danos causados no Brasil.

Na decisão, Dino ressaltou que ações como bloqueio de ativos, cancelamento de contratos ou suspensão de serviços não podem ser aplicados automaticamente no

Brasil. Segundo o ministro, “ficam vedadas imposições, restrições de direitos ou instrumentos de coerção executados por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país, bem como aquelas que tenham filial ou qualquer atividade profissional, comercial ou de intermediação no mercado brasileiro, decorrentes de determinações constantes em atos unilaterais estrangeiros”.

E acrescentou na decisão: “Qualquer bloqueio de ativos, cancelamento de contratos ou outras operações dependem de expressa autorização do Supremo Tribunal Federal”. Para garantir a medida, Dino determinou que o Banco Central (BC), a Federação

Brasileira de Bancos (Febraban) e órgãos do sistema financeiro nacional sejam notificados.

Embora não tenha citado diretamente o fato de o ministro Alexandre de Moraes, do STF, ter sido alvo da Lei Magnitsky, imposta pelos Estados Unidos, Dino pontuou que o Brasil tem sido “alvo de diversas sanções e ameaças” e que a decisão se mostrou necessária diante de “imposição de força de algumas nações sobre outras”.

A Lei Magnitsky autoriza que os EUA adotem sanções contra estrangeiros acusados de violações de direitos humanos ou corrupção. Entre as medidas estão o bloqueio de bens, contas bancárias e a proibição de entrada no país. Os efeitos, porém, não se limitam ao

território norte-americano. Empresas de tecnologia, serviços digitais e operadoras de cartões de crédito que têm sede nos EUA podem ser obrigadas a suspender serviços em qualquer país, inclusive o Brasil.

Na avaliação do advogado Aroldo Oliveira, coordenador de Jurídico da BMJ Consultores Associados, a decisão do ministro manda um recado claro em defesa da soberania nacional. “Não vamos nos forçar a ratificar pensamentos alheios à nossa soberania. Aplicar leis estrangeiras, sem o devido processo legal aqui dentro, é uma ofensa à soberania nacional”, explicou. (FAL com Rafaela Bomfim, estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi)

Andressa Anholetto/SCO/STF



Dino deixa claro que a Justiça brasileira não se submete a nenhuma outra